

25X1

Next 1 Page(s) In Document Exempt

APP.

Caro Patricio:

Leve este documento para sua casa.
Leia no seio de sua família e entre os
seus amigos.

Medite sobre o que ele diz. Comente e
critique. Mas não fique indiferente.

25X1



25X1



25X1

25X1

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

Patrício:

O que você vai ler só serve para quem tiver coragem de atitudes, para quem confia no futuro do Brasil, no seu Povo e em si mesmo. Não serve para os que medem seus passos, têm mentalidade velha, curta e provinciana e são inimigos do progresso; esses não aprendem coisa alguma, não querem saber nada do que é novo.

E atenção: Logo que estiver amplamente divulgado nosso Programa, é provável não demore vir do estrangeiro, ou então do Vaticano, ordens para acusar nosso movimento de obra subversiva ou comunista. É a velha tática usada pelos reacionários para sabotar qualquer movimento do Povo quando ele visa o progresso e a libertação econômica da Pátria. Com tais acusações procuram atemorizar os mais tímidos e os ignorantes.

Seja, porem, qual for a sua idéia, não faça caso. Nosso programa está dentro da Lei. Queremos fazer aquilo que a Inglaterra, a França, a Itália e todos os países, democraticamente populares, fazem há muito tempo. Nós também queremos defender o que é nosso.

Quanto à outras acusações faça o mesmo: não ligue. Nada temos com o Partido Comunista. Não está provado que pelo fato de ser comunista, ou ser acusado de comunista, alguém deixa de ser bom cidadão como os demais brasileiros. E não é crime algum ser comunista. Assim dispõe a Constituição da República.

Estamos numa Democracia. Qualquer um tem o direito de sustentar a idéia que bem entender. Respeitemos, pois, este direito. Desta forma não cometeremos a covardia de ajudar a malhar os que estão sendo malhados ilegal e injustamente.

Fique, portanto, tranquilo com a sua consciência, porque acima da afirmação dos tartufos e dos maus políticos que perdem terreno procurando manter nossa Pátria acorrentada e de joelhos, estamos nós, os AFIRMATIVOS, está a AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO POVO.

E será com esta AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO POVO que o Brasil, finalmente, irá derrubar os fantasmas criados e impostos à força ao nosso Povo, com os quais nos amordaçaram até hoje não permitindo nosso Progresso e nossa União.

São Paulo — 1950

Coronel João Cabanas

Ex-comandante da Coluna da Morte da Revolução de 1924.

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

25X1

25X1

Manifesto da Afirmação Política do Povo

TODOS OS BRASILEIROS BEM CONHECEM E SABEM, QUE O NOSSO PAÍS SE ENCONTRA EM DIFÍCIL SITUAÇÃO, CUJAS CONSEQUÊNCIAS ATINGEM TAMBÉM O POVO DE SÃO PAULO.

NESTE MANIFÊSTO, SEM PRETENSÕES LITERÁRIAS E SEM PRETENSÃO DE FAZER HISTÓRIA, ANALISAREMOS OS REFLEXOS DESSA SITUAÇÃO.

ADICIONAREMOS AO SEU FINAL, UMA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E UM PROGRAMA DE AÇÃO CONSTRUTIVA, DEMOCRÁTICO E PATRIÓTICO.

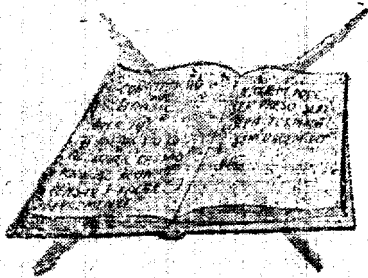
COMO É NATURAL, EM UM DOCUMENTO DESTA NATUREZA, QUE SERÁ AMPLAMENTE DIVULGADO, NÃO CABE ESMIUÇAR DETALHES. SEREMOS, POIS, TANTO QUANTO POSSÍVEL, SINTÉTICOS EM NOSSAS APRECIACÕES. INICIEMO-LAS, EXAMINANDO EM PRIMEIRO LUGAR AS CONDIÇÕES ATUAIS DO NOSSO POVO.

25X1

CONDICÇÕES ATUAIS DO NOSSO POVO
Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

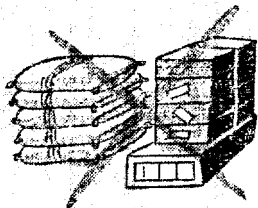


As condições de nossa Pátria, colocada cada vez mais na dependência de interesses estrangeiros, fazem com que o Povo, e principalmente São Paulo, sofram hoje, mais do que nunca, as mais duras restrições. E se a Lavoura, a Indústria e o Comércio muito têm sofrido com tais restrições, são sobretudo aqueles que trabalham e vivem apenas de um ordenado, os que mais de perto sentem seus dolorosos efeitos.



Há quem diga que hoje temos uma Constituição melhor do que as do passado. Temos de fato uma Constituição. Mas ela de nada tem valido. Continuamos a viver como em um Brasil colônia. No capítulo das Liberdades Públicas, ela tem sido desrespeitada, constantemente violada pelas portarias ministeriais.

No campo econômico-financeiro ainda estamos subordinados a interesses estranhos ao Brasil. Não temos sequer liberdade de comerciar com o exterior vivendo exatamente como se fossemos um Brasil século dezoito.



Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

vender em um só setor internacional, que depois revende nossos produtos

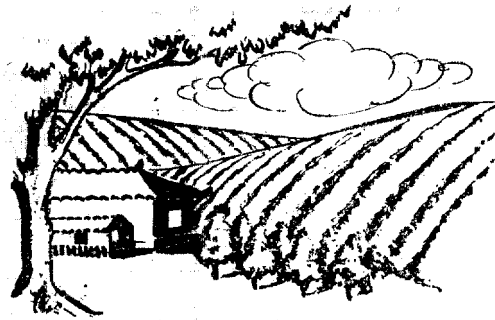
aos países com os quais não nos deixam negociar, com grandes prejuízos para São Paulo e para o Brasil e imensos lucros para tais revendedores.

Estamos dessa maneira freiados em nosso desenvolvimento econômico e detidos em nosso progresso. Nossa produção agrícola e industrial declinam e o padrão de vida do nosso povo vai caindo cada vez mais.

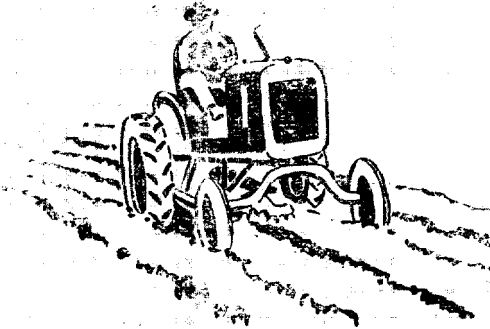
Disto resultam as seguintes

CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS

A LAVOURA



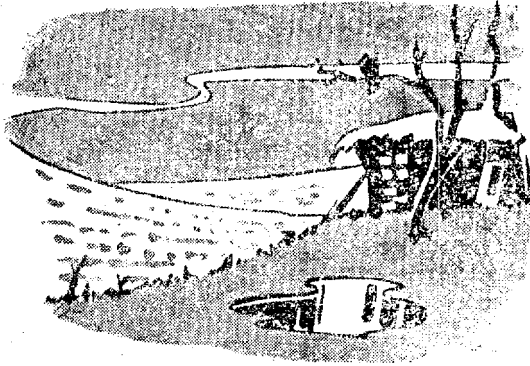
Nossa Lavoura ainda está limitada, como no passado, quase que exclusivamente à rotineira e primitiva produção de poucos artigos tipicamente coloniais, como o café. Debate-se em permanente crise.



Não se pode mecanizar nem progredir, sujeita como está à falta de braços, de técnicos e pela ausência de uma sábia e liberal política imigratória, bem como aos azares dos preços que oscilam a cada instante nos mercados externos manipulados pelos grandes grupos financeiros internacionais.



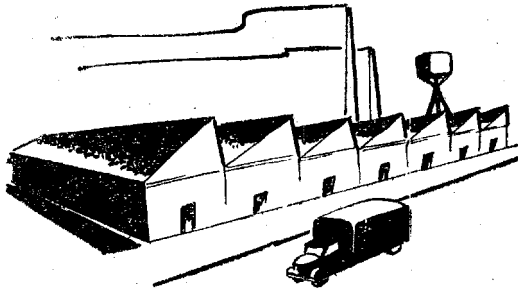
Não possui Bancos, Entrepósitos e Cooperativas próprias.



Está assim a Lavoura vivendo em decadência, ou paralisada diante de outros países mais adiantados, só conseguindo se manter à custa de reiterados auxílios financeiros que geralmente visam submetê-la aos interesses eleitorais dos políticos.

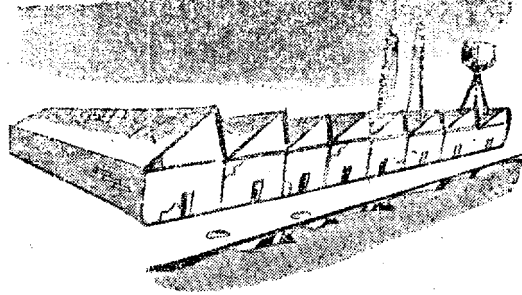
Os que tentam romper com a rotina e concorrer para o progresso nacional, produzindo artigos de consumo popular com que abastecer às populações famintas das cidades e do interior, êsses nada recebem porque nada lhes facilitam.

A INDÚSTRIA



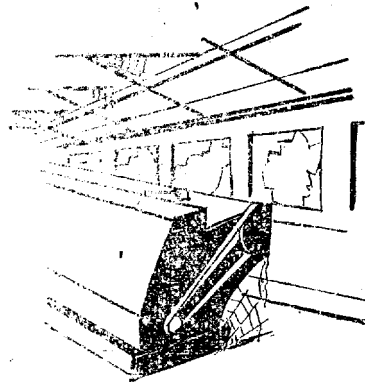
ONTEM

Nossa Indústria, principalmente a de tecidos, debate-se também angustiosamente porque não pode exportar livremente seus produtos



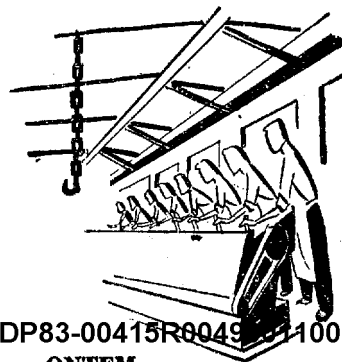
HOJE

para os melhores fregueses, como porque seus mercados internos estão cada vez menores. Enquanto isso, quando deveria ser amparada, sofre a concorrência de produtos estrangeiros. Sente-se ainda ameaçada pelos acordos e tratados comerciais que se tentam fazer, bem como pelas facilidades que se pretende conceder aos trustes, a fim de que se instalem no país.



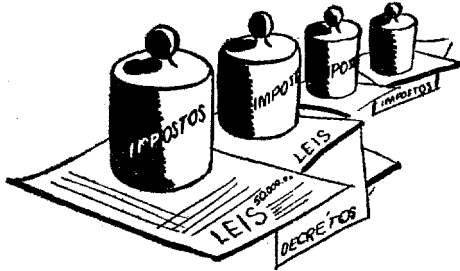
HOJE

Nossa Indústria não pode renovar seu maquinário, já gasto e antiquado,

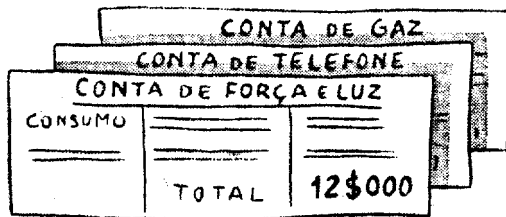


ONTEM

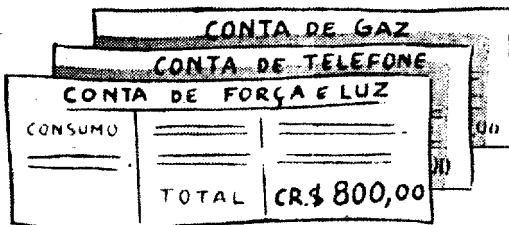
adquirir. Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8
 cessita, QUANDO e ONDE FOREM
 MELHORES e MENOS ONEROSAS.



Está sufocada por uma atordoante
 legislação fiscal, sobrecarregada de
 toda classe de impostos.



ONTEM

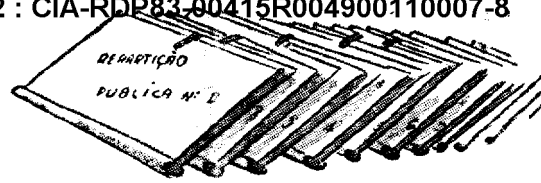


HOJE

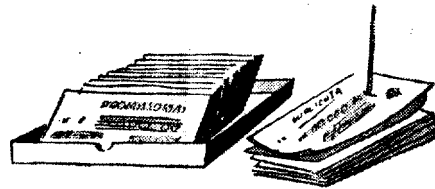
A falta de energia elétrica, assim
 como de gás, luz e telefones, que ainda
 estão racionados e pelos quais tanto
 ela como o Povo pagam caro, apesar
 de todos os favores e privilégios con-
 cedidos às empresas estrangeiras que
 exploram esses serviços públicos — é
 um novo obstáculo ao seu progresso
 e desenvolvimento.

O COMÉRCIO

Nosso Comércio, tolhido por toda
 sorte de embaraços, prêso como a



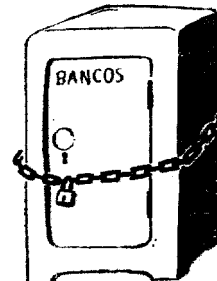
Indústria, à inúmeras leis e pesados
 tributos nas malhas duma confusa le-
 gislação fiscal, está sem possibilida-
 des de expansão.



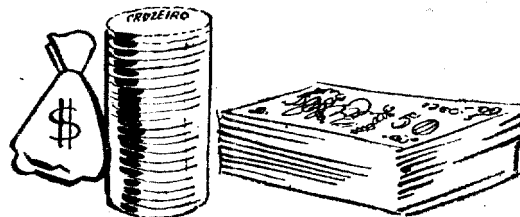
Vegeta em permanente crise, em
 permanente sobressalto, tendo sobre
 a cabeça as duplicatas, as promissó-
 rias e títulos de toda ordem, na imi-
 nência de serem protestados.

Não há crédito.

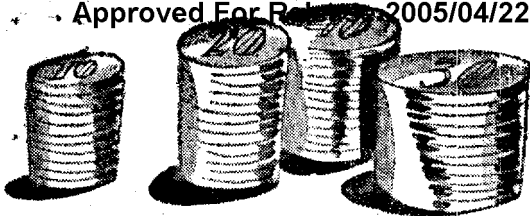
O que havia desa-
 pareceu com as
 medidas tomadas
 da noite para o dia,
 a pretexto de "com-
 bate à inflação",
 mas que na reali-
 dade somente vi-
 saram favorecer
 grandes banquei-



ros ansiosos de se apoderarem —
 como se apoderaram — das ativida-
 des dinâmicas dos pequenos bancos
 que se viram obrigados paralisá-las
 por falta de redescontos.



mentou. Nessa angustiosa situação, o crédito se transformou em arma política para que muitos industriais e comerciantes se curvem aos que se encontram no Poder.

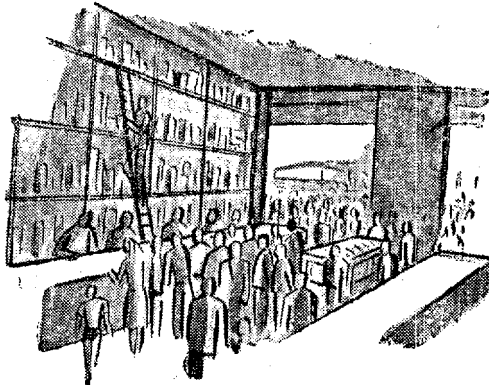


Há falta de numerário. O dinheiro não mais circula.

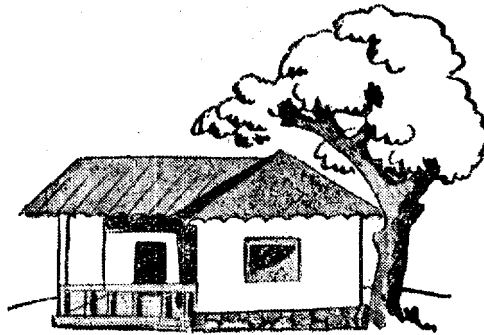
Faltam a moeda divisionária, faltam até os centavos de troco, cujos quebrados, no fim do dia ou do mês, fazem sensíveis diferenças na vida dos mais pobres. As vendas se reduzem porque os preços estão cada vez mais altos devido em grande parte à política dos impostos e o consumo popular é cada vez menor.

REFLEXOS SOCIAIS

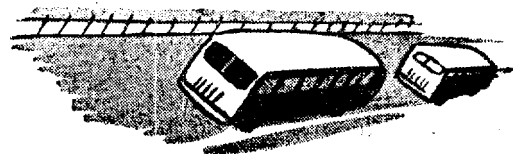
Aquêles que trabalham, os operários, os funcionários, os empregados, os ferroviários, os motoristas, enfim todos os que dependem de um pequeno salário, são os que mais sofrem com essa situação.



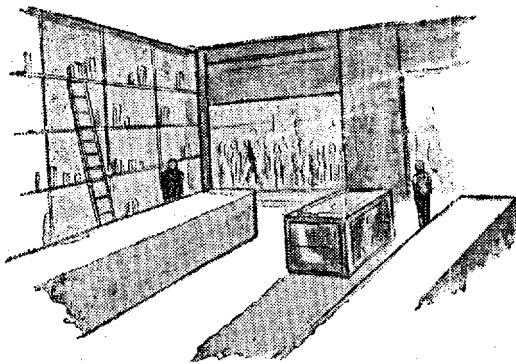
ONTEM



Nas cidades há crise de habitações.

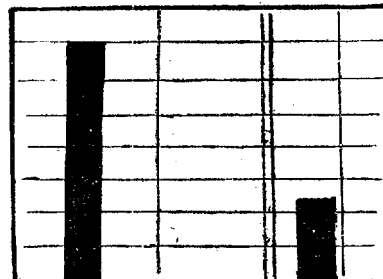


Faltam transportes, há escassês de trabalho, insegurança nos empregos.



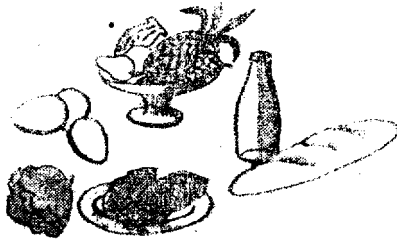
HOJE

O Comércio de ontem florescente acabou tal como as demais atividades do país, declinando. As falências se multiplicaram e o desemprego au-

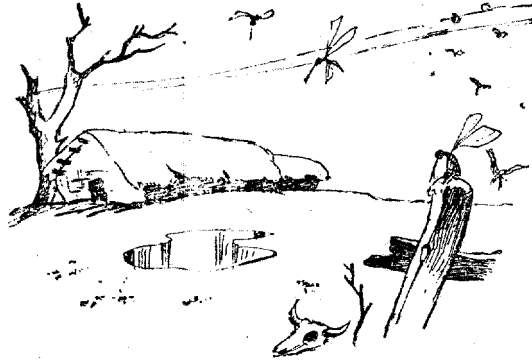


Os preços estão altos e os salários são baixos.

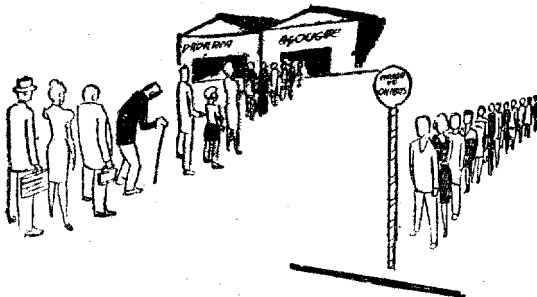
Os salários, os ordenados, os vencimentos já não correspondem ao mínimo necessário para a decência do viver cotidiano.



Os gêneros alimentícios cada vez mais caros e mais raros.



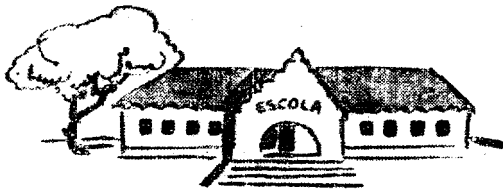
No Interior, os que trabalham na lavoura, os assalariados agrícolas, o



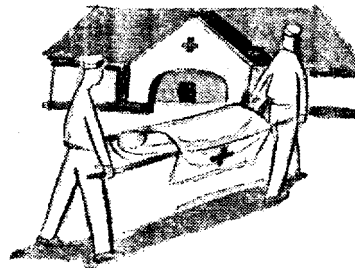
As filas de toda especie amarguram ainda mais a vida do povo, principalmente da dona de casa.



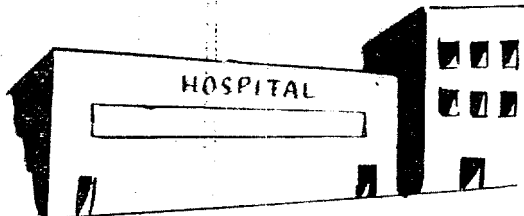
pequeno lavrador, o colono, o sitiante. as imensas populações rurais, estão abandonadas à sua própria sorte.



Faltam escolas.



Não têm assistência médica, não têm alimentação sadia e generosa, não têm calçados, nem roupas.



Faltam transportes, há escassês de tratadas, sanatórios, manicômios.

O analfabetismo, as moléstias de toda natureza, a sub-nutrição crônica, estão aniquilando cada vez mais o nosso povo!



Afora a China nosso país é o que mais alto índice de mortalidade acusa, mormente infantil.

NO BRASIL MORREM 35 CRIANÇAS POR HORA. MORREM 300 MIL CRIANÇAS POR ANO. (1) HA' 500 MIL CEGOS. OUTRO TANTO DE TARADOS nas prisões, nos hospícios, nos hospitais, nas ruas, vitimados pelo tracoma, pela sífilis, pelo alcool e pelo mal-estar social reinante.



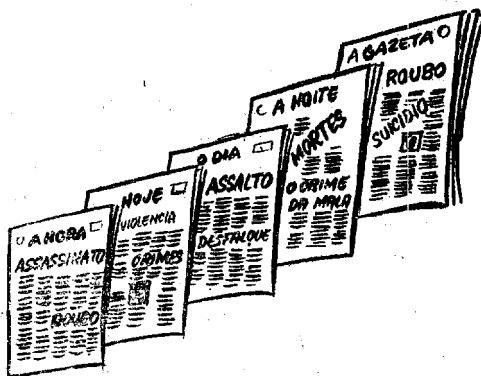
A infância cresce sem rumo quase que abandonada. A mocidade, na situação presente está sufocada, sem perspectivas de melhores dias, sem acesso à instrução secundária e superior, que é cada vez mais cara e mais difícil. Vê diante de si o deboche e cinismo de muitos homens públicos que não hesitam em alardear suas aventuras com as coisas públicas, usando pilhérias e anedotas.

É uma mocidade sem diversões sadias, sem poder viver a vida a que tem direito. Está condenada a viver sem esperanças senão aquelas orientadas pelo espírito dos "golpismos" quer na vida social, quer na vida política.



Juntamente com a tuberculose, tais moléstias são irmãs congêntas do povo brasileiro.

FALTA DE LIBERDADES PÚBLICAS



Somos um país cuja Imprensa publica diariamente o maior numero de crimes que se pode conceber.



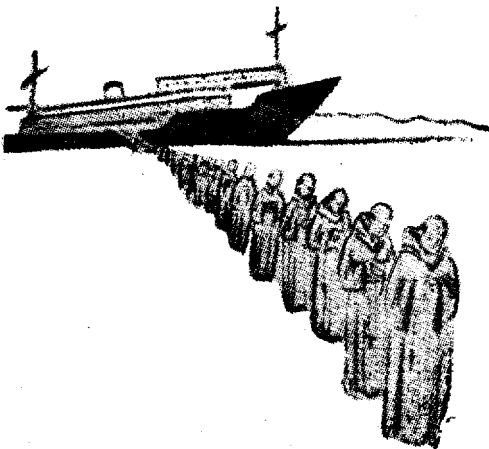
Reduzido a tão desesperantes condições nenhum povo pode ser feliz. Mesmo porque enquanto se aguçam e se extremam os históricos conflitos materiais entre as classes sociais, os

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

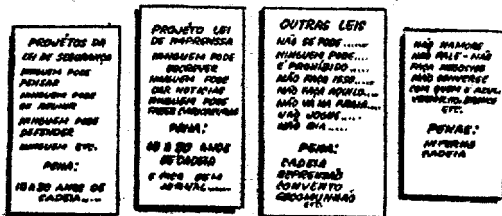
elementos mais reacionários que não admitem o progresso e não querem a evolução, tentam inutilmente erguer barreiras às justas pretensões e aspirações dos que sofrem.

E dessa forma não pode haver independência econômica nem independência política.

Pesa assim sobre o nosso povo uma enorme série de restrições, de prejuízos e de opressão, sobrecarregada ainda mais pela cobiça dos trustes internacionais, ansiosos por se apoderarem de nossas riquezas naturais, como o petróleo, o manganês e outros minérios radiativos, nada nos dando em troca.



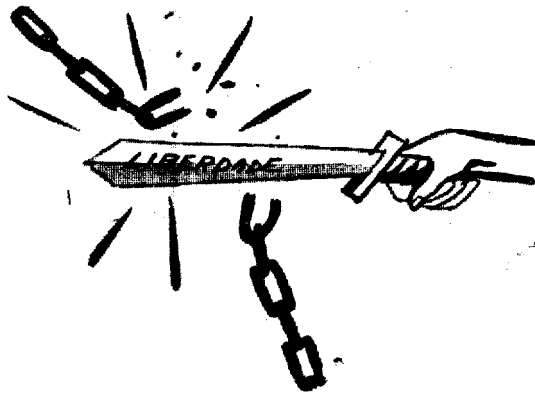
Tal situação é sustentada pela ação de um clero estrangeiro que invadiu ultimamente o país, portador de milhares de relíquias não identificadas, e que afasta cada vez mais os modestos padres brasileiros das paróquias mais rendosas e dos cargos eclesíasticos mais influentes, atentando ainda contra o espírito e letra de nossa Constituição que dispõe sobre completa separação entre a Igreja e o Estado.



Enovas leis liberticidas, como as leis

de Segurança e da Imprensa, se feriam para reduzir a nada a liberdade, pretendendo-se com elas "legalizar" juridicamente a opressão.

OS ENSINAMENTOS DA HISTÓRIA



A História da Humanidade bem nos mostra que os humilhados e os ofendidos são levados a recorrer à violência, quando os que são responsáveis pelo país, tentam esmagar os seus direitos.

As grandes explosões da história se verificaram justamente quando a obstinação irracional da prepotência tentou se opor à avalanche irresistível do progresso e das idéias. Não há povo que não se canse de sofrer sob o peso da opressão, mormente depois de esgotar todos os recursos pacíficos e apelos.

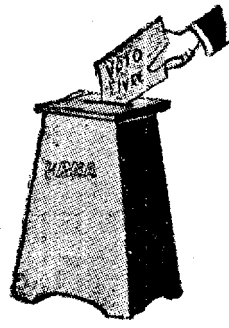
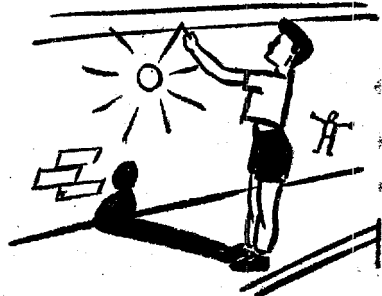
Então "a opressão desperta nele a ansia de morrer pela liberdade".

Estes ensinamentos parecem ter sido esquecidos pelo homem de responsabilidade no Brasil. Ou então existe neles o deliberado propósito de dar motivos de reação popular de modo a criar assim um ambiente que justifique medidas de repressão e em seguida medidas de terror para a implantação de um regime fascista ditatorial.

Mas se bem é verdade que o Povo não é capaz de suportar os excessos dos sofrimentos pois sua paciência tem

limites, também é verdade que desta vez não mais se deixará iludir, aceitando ingenuamente a provocação dos que no Poder inventam perigos e fantasmas e sonham com as aventuras de golpismos impunes. As próprias crianças sabem

o seu sol pelos muros das cidades, significando com isso que a liberdade ilumina o mundo.



O povo de hoje saberá agir sozinho no campo democrático, lutando com o mesmo ardor com que soube lutar no passado pelos seus ideais e pelas suas justas reivindicações. Nesse sentido São Paulo está mais uma vez de

que a liberdade está na própria liberdade. E por isso elas sabem pintar

pé pelo Brasil, apresentando nas páginas que a seguir vão ser lidas, a sua AFIRMAÇÃO POLÍTICA que é a própria AFIRMAÇÃO POLÍTICA DE TODO O POVO BRASILEIRO.

AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO POVO



Há um São Paulo que se ergue vivo e palpitante. É o São Paulo do espírito moderno, democrático e progressista, disposto como sempre a lutar para evoluir. É o São Paulo que não compreende a vida se não fôr iluminada pela chama imortal da liberdade. É o São Paulo do Povo. É o São Paulo do futuro.

São Paulo está cansado da política de bastidores, feita longe do povo. Por isso, São Paulo deseja agora medidas concretas para os problemas de sua Lavoura, da sua Indústria e do seu Comércio e sobretudo, para a situação daqueles que trabalham e

trutiva, recomendado pelo bom senso e pela prática da vida. Algumas de suas realizações, pelo menos, conseguiriam libertar nosso país da vergonhosa dependência econômica em

Somos contrários, isso sim, aos capitais de passagem, considerados aventureiros; aos capitais dos trustes e dos monopólios; aos capitais que

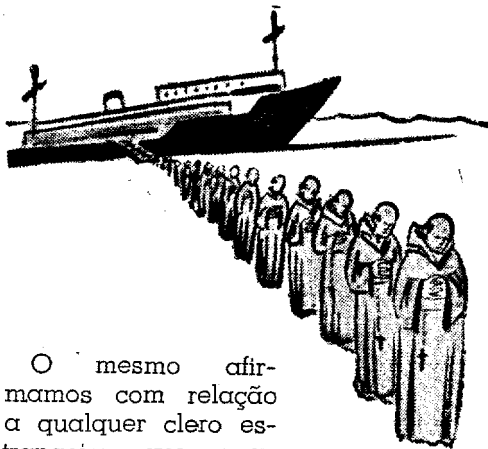


somente visam grandes lucros, juros altos e aumento de patrimônio à custa de contratos leoninos; somos contrários aos capitais que nos exaurem, nos exgotam em poucos anos e nos abandonam quando percebem que nada mais existe para sugar. Somos contrários aos capitais que visam a exploração e o controle das riquezas básicas da economia nacional, e cujos lucros e juros são remetidos para fora do país. **TAIS CAPITAIS NÃO TÊM PÁTRIA.** Arruinam os capitais nacionais, intervêm na política interna do país, fomentam discordias, corrompem homens públicos. **SÃO CAPITAIS, PORTANTO, QUE NÃO NOS CONVÊM.**

dentro da vida duma Nação. Nestas condições queremos somente fazer o que todos os países do mundo fazem; que as religiões e os bens de suas Igrejas — sejam quais forem os cultos e respeitadas as suas relações de disciplina com o exterior — devem ser dirigidos entretanto, dentro do país, pelos sacerdotes nacionais. Não faremos outra coisa senão imitar os demais países. Nada mais justo.



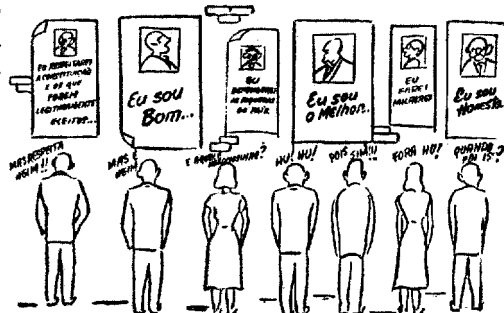
Em matéria de eleições, como diz o **MANIFESTO**, estamos afastados. Somos um movimento cívico, sem filiação partidária. Entretanto, diante da agitação em todo país em torno das próximas campanhas eleitorais, não seremos incoerentes recomendando ao Povo rigoroso critério e rigorosa seleção na escolha dos candidatos, sufragando somente os que se mostrem mais dignos mais capazes e mais empreendedores.



O mesmo afirmamos com relação a qualquer clero estrangeiro que apasinhados paróquias, das mais ricas irmandades, ordens e colégios religiosos, preterindo e afastando os padres brasileiros, influenciando e intervindo em nossa liberdade espiritual, em nossa vida política e até em nossas relações domésticas de família, constringendo o convívio social dos brasileiros, com ameaças impertinentes e insinuações vindas do exterior, acompanhadas de penalidades religiosas.

O que o Povo deve levar em conta é que não mais pode confiar naqueles que não corresponderam à sua confiança, naqueles que traíram seu mandato. Recomendamos votar somente em partidos que saibam apoiar nossas reivindicações, que compreendam, respeitem e defendam com corajosa atitude, o livre exercício dos direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

Se bem é verdade que as religiões são universais, autônomas e hierarquicamente privativas em suas congregações, também sabemos que, por outro lado, elas envolvem questões de ordem educativa e moral, envolvem também questões de ordem econômica.



Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

mesmo e os outros dados vive fazendo de si mesmo. Outrossim, tanto o MANIFESTO como o PROGRAMA, particularizam problemas paulistas. Mas os proble-

mas são iguais a gerais para todo o Brasil. Cabe aos simpatizantes e aderentes generalizá-los, pois da nossa parte esse intuito é o que preside a iniciativa do movimento que lançamos.

PROGRAMA DE REALIZAÇÕES DA AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO POVO

**Artigo 1.º
LIBERDADES PÚBLICAS**

Baseado no Artigo 141, §§ 1.º ao 38.º da Constituição Federal.



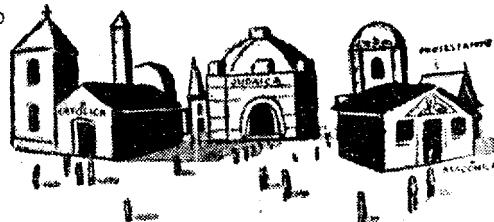
A liberdade é simples, pura e por isso ilumina e alenta a humanidade em geral.



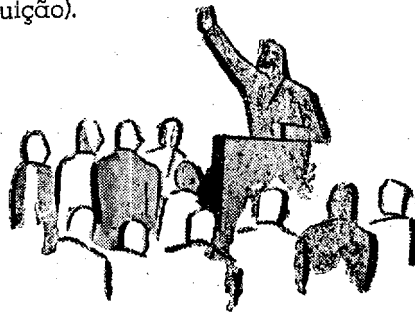
a) Rigoroso respeito à Constitui-

ção, especialmente no capítulo das Liberdades Públicas;

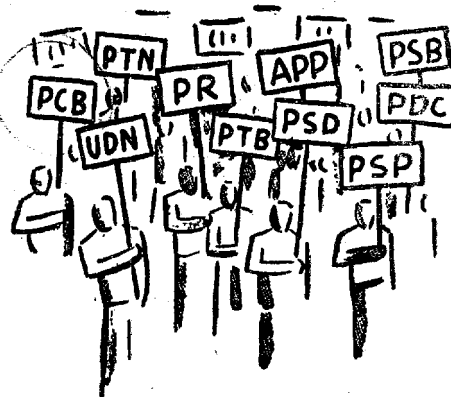
b) Liberdade de pensamento. (Art. 141, § 5.º da Constituição).



c) Liberdade de cultos religiosos (Art. 31-11 e Art. 141, § 8.º da Constituição).



d) Liberdade de reunião, da palavra, de associação, sindical, Imprensa, Radio. (Art. 141, §§ 11 e 12 da Constituição).



e) Liberdade de partidos políticos.

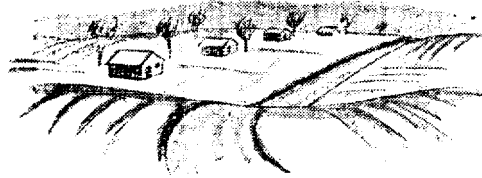
(Art. 141, § 12 da Constituição).

f) Direito de greve. (Art. 158 da Constituição).

g) Inviolabilidade efetiva do lar.

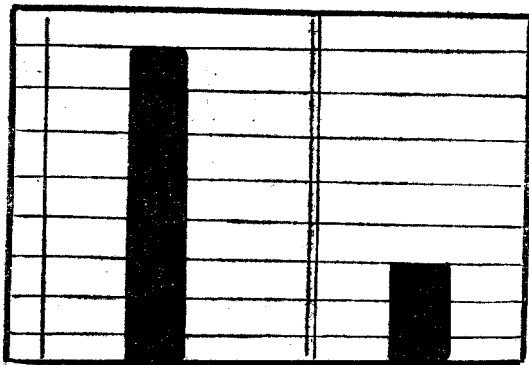
h) Abolição de todas as medidas e leis anti-democráticas. (Art. 141, § 15 da Constituição).

lução da crise de habitações mediante: (inspirado no Art. 149 da Constituição)



Artigo 2.º

CARESTIA DA VIDA



Salários altos — Preços baixos

a) Pugnar pelo reajustamento periódico dos ordenados e vencimentos e por um salário mínimo de acordo com a elevação gradual do custo de vida. (Art. 157, I, da Constituição).

b) Casas, roupas, alimentação, instrução, transportes, diversões, baratos, mediante:

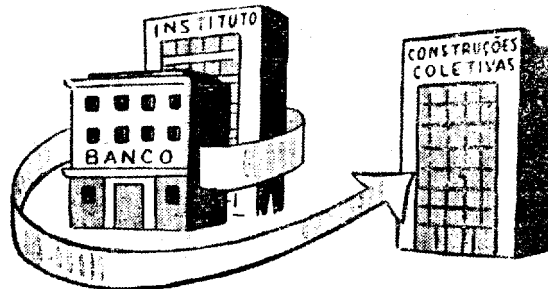


1 — estímulo e aumento da produção nacional, principalmente de artigos destinados ao consumo popular. (Art. 150 e 156 da Constituição).

2 — redução de impostos e redução de taxas ferroviárias que transportam tais produtos onerados de pesados fretes. (Art. 15, § 1.º da Constituição)

c) Barateamento dos aluguéis e so-

1 — auxílio direto às construções em geral, principalmente de casas populares e casas próprias;



2 — aproveitamento dos terrenos urbanos nas grandes cidades, de patrimônio estadual ou municipal, para a construção de residências coletivas de aluguéis acessíveis ao povo. (Inspirado no Art. 149 da Constituição)

3 — financiamento final para as grandes construções já iniciadas paralisadas há muito tempo que causam graves danos para os condomínios e construtores em geral.

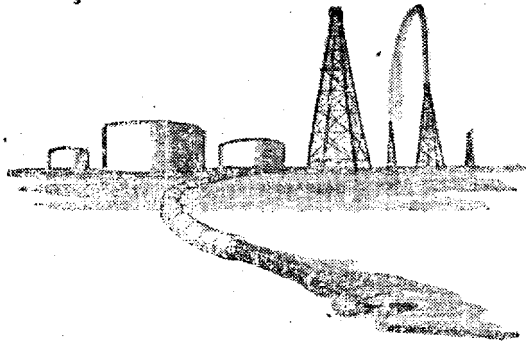
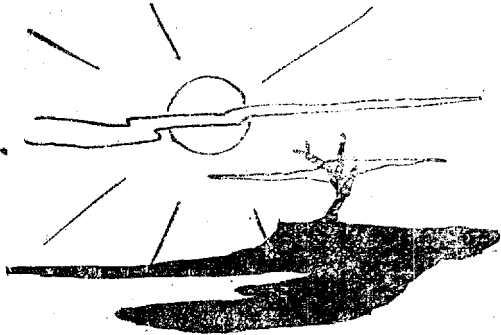


4 — isenção de impostos e emolumentos durante cinco anos, sobre materiais de construção.

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

e sobre as edificações de casas próprias não destinadas à renda. (Inspirado no Art. 147 da Constituição).

aproveitadas em benefício do progresso e da independência nacional e não para fornecer lucros à empresas estrangeiras. (Arts. 148 e 151 da Constituição).



d) Aproveitamento das terras próximas dos grandes centros consumidores e vias de transportes, para o desenvolvimento de hortas, da pecuária de corte e indústria de laticínios, a fim de abastecer facilmente as cidades de legumes, frutas, carne e leite. (Inspirado no Art. 147 e Art. 156, § 1.º e 3.º)

b) Que se amparem, se estimulem e se desenvolvam as indústrias básicas do petróleo, a energia elétrica, as indústrias metalúrgicas em geral, a

e) Redução das taxas d'água.

(Deus disse: Dai de beber a quem tem sede... No Brasil só bebe quem tem dinheiro e pode pagar cara a água que se toma).



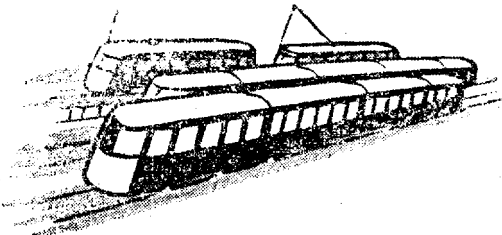
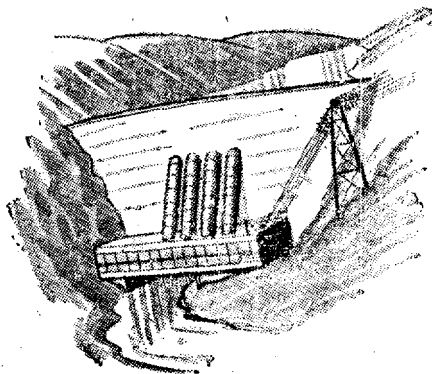
Artigo 3.º

DEFESA DA ECONOMIA NACIONAL

Para ser possível baratear o custo de vida e aumentar a renda nacional, a fim de elevar o padrão de vida do povo em geral, é indispensável:

indústria química, construindo-se com rapidez uma Indústria Pesada Nacional, sob controle do Estado.

c) Que o petróleo, o xisto betuminoso, a energia elétrica (Art. 148-151-141, § 16 da Constituição), os trans-



a) Que as riquezas do Brasil, em particular as fontes de energia, sejam

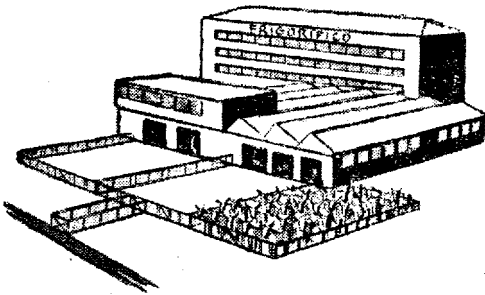
portes, os seguros, o ferro, o manganês, os minérios radiativos utilizados na fabricação da energia atômica, sejam amparados e aproveitados em benefício da Nação em primeiro lugar

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

e) Que sejam criados em favor de todos os Povos do mundo que necessitem de nosso progresso industrial e comercial.

d) Que sejam encampadas tôdas emprêsas concessionárias de serviços públicos.



e) Que sejam criados matadouros, frigoríficos nacionais e entrepostos, com amparo direto do governo, a fim de evitar a retenção do produto e especialmente da carne que encarece quando retidas pelos frigoríficos que se interpõem entre o dono do gado e o consumidor.



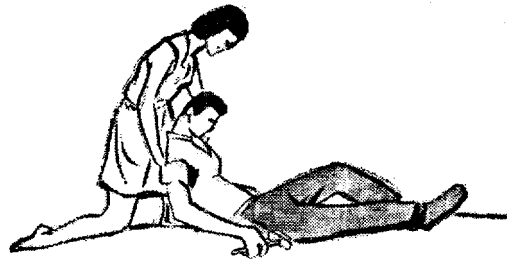
f) Pugnar pela organização duma marinha mercante de maneira a canalizar para a nossa economia as enormes somas que atualmente se evadem do país, com os fretes pagos às companhias de navegação estrangeiras. (Inspirado no Art. 155 da Constituição).

g) Que sejam obtidos os melhores preços para nossos produtos de exportação agrícola e industrial e melhores condições e preços para as máquinas que necessitamos importar — o que será conseguido somente com a ampla liberdade de comércio e livre intercâmbio econômico e cultural com tôdas as nações do mundo, indiferentes a seus regimes

políticos e econômicos. O direito de restrições contra os "dumpings" desleais. (Inspirado no Art. 142 da Constituição).

Artigo 4.º

PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES — REVISÃO DAS LEIS DE TRABALHO — ASSISTÊNCIA SOCIAL —



(Baseado no Art. 157 da Constituição)

a) Pugnar pela aplicação efetiva de tôdas as leis trabalhistas.

b) Revisão dessas leis.

c) Revisão do atual sistema de contribuições às Caixas e Institutos que onerando patrões e empregados não estão sendo racionalmente aplicados a suas finalidades sociais devido aos confusos regulamentos e leis a respeito.

d) Aplicação racional dessas rendas no próprio local das arrecadações.

e) Unificação dos Institutos e Caixas de Pensões para mais rápida administração e maior economia.

f) Alteração do horário de trabalho no verão, de modo a evitar a canícula direta sobre aqueles que trabalham expostos, cujos efeitos, no organismo humano se fazem sentir em poucos anos.



g) Extensão dos benefícios da le-

regulação social aos trabalhadores do campo.

h) Solução imediata para determinadas classes profissionais, como as dos ferroviários, jornalistas, tecelões etc. das condições em que se encontram em virtude de salários ainda não reajustados.

produzindo melhor para as necessidades da Patria em geral. Assim pois, devemos lutar numa grande campanha com o fito de se alterar a Constituição e fazer voltar 50% das rendas para os próprios municípios a fim de serem aplicadas no local).

Artigo 5.º

RENDAS MUNICIPAIS

(Sobre o Art. 15 e seus §§ da Const.)



Oitenta e cinco per cento das rendas municipais arrecadadas vão para a União e para os Estados.

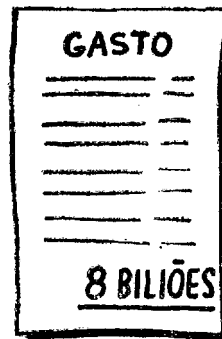
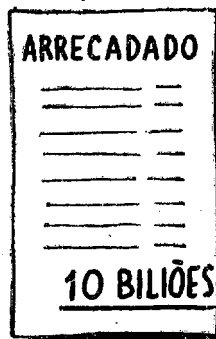


Cinquenta per cento dessas rendas devem ser entregues aos próprios municípios. (Os municípios são as células de qualquer Nação organizada. Ali estão os interesses fundamentais das nacionalidades e de cada cidadão. Quanto mais realizem os municípios em benefícios dos seus próprios cidadãos, mais estes se sentem bem

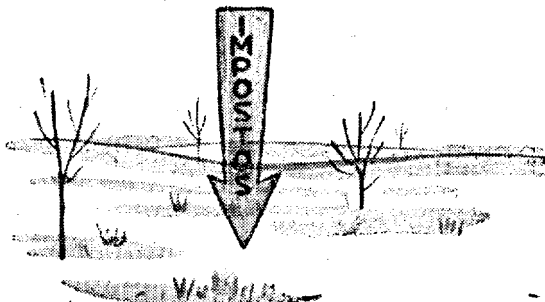
Artigo 6.º

ORÇAMENTO DO ESTADO — FUNCIONALISMO PÚBLICO — TERRAS ABANDONADAS — IMPOSTOS

(Art. 73 e §§ da Constituição)



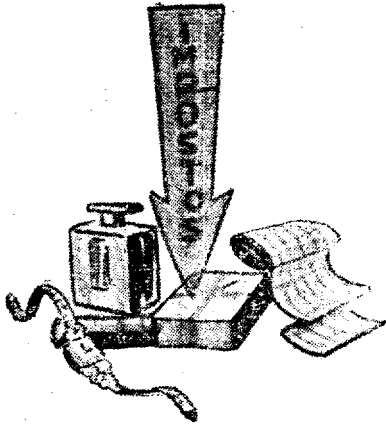
Aumentar a renda do Estado e obter o equilíbrio orçamentário NÃO à custa de impostos sobre artigos de consumo popular, nem pelo aumento de tributos sobre o comércio e SIM:



a) Aumentando o imposto territorial sobre as terras não trabalhadas de modo a que se o imposto não for pago, o Governo promoverá a competente ação judicial para a passagem das mesmas às mãos do Estado que as distribuirá em seguida gratuitamente entre os que não têm terra.

AMPARO AS POPULAÇÕES DO INTERIOR

a) Aproveitamento das terras estaduais e municipais devolutas próximas aos centros consumidores para a sua distribuição gratuita aos que nelas queiram trabalhar com



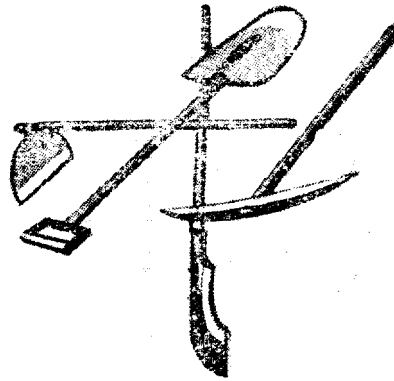
b) elevando de maneira adequada os tributos sobre os produtos estrangeiros para efetiva proteção da Indústria Nacional e estímulo ao seu desenvolvimento, respeitado, porém, o que diz a letra G do artigo 3.º deste Programa. Proibição dos trustes, monopólios e cartéis. (Art. 15, I, da Constituição).

c) taxando com mais rigorosos impostos tôdas as fontes de renda ou aplicação de dinheiro de caráter improdutivo, usurário e antisocial. (Art. 154, da Constituição).

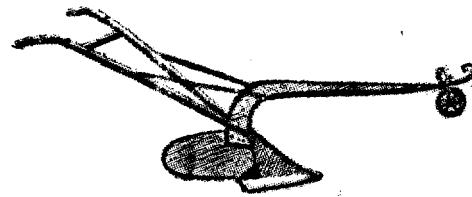
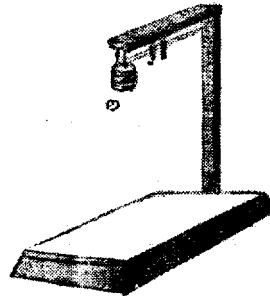
d) Obtendo dêsse modo, os recursos para Obras Públicas e para o reajustamento dos serviços burocráticos e reajustamento periódico dos vencimentos do funcionalismo público estadual e municipal.



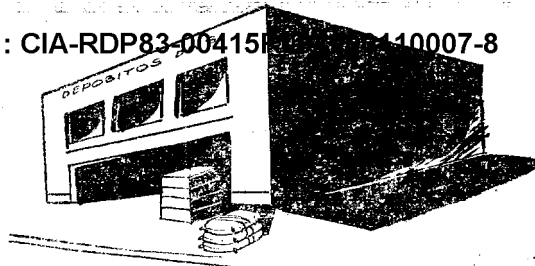
e) Racionalizar e simplificar os serviços públicos a fim de obter maior rendimento, garantir promoções em bases justas e assegurar ao povo rápido andamento dos processos e questões nas repartições estaduais e municipais. (Art. 141, § 36 da Constituição)



fornecimentos pelo governo de ferramentas. (Art. 156 e 147 da Constituição)



sementes, adubos, técnicos, tratores, inseticidas, higiene escolar, visando especialmente a produção de artigos de consumo popular, como trigo (pão!) leite, ovos, legumes, frutas, etc., tão raros hoje nas grandes cidades. (Art. 150 da Constituição)



dos intermediários e dos financiamentos usurários e da exploração por parte de empresas estrangeiras. (Art. 148 da Constituição)

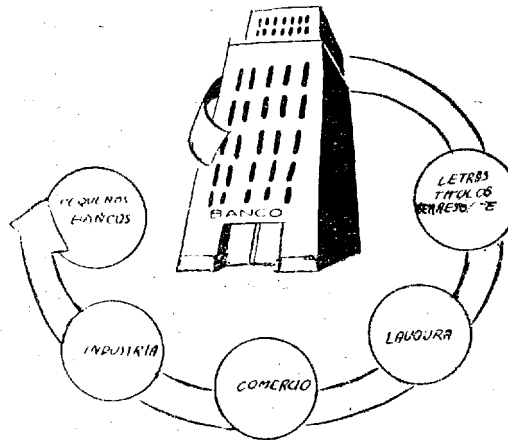
d) Crédito bancário agrícola, financiamento a longo prazo e juros baixos a todas iniciativas de real interesse coletivo, em particular à pequena lavoura. (Art. 150 da Constituição)

e) Garantir ao arrendatário, ao meeiro, sítitante, colono, etc., melhores condições de vida e proteção aos seus interesses no que diz respeito aos contratos e condições de arrendamentos, habitação, higiene e trabalho, no sentido de garantir um maior aproveitamento da terra e maior produtividade de trabalho.

b) Pugnar pela urgente aprovação de uma reforma agrária já em variados esboços dentro do Parlamento Nacional, mas capaz de rasgar ao Brasil amplos horizontes de desenvolvimento econômico, de democracia e de progresso, garantindo assim às nossas populações rurais — que praticamente nada consomem — nível de vida melhor, gerando populações saudias, produtivas, cultas e dessa maneira, capazes de consumir toda sorte de produtos fabricados no país. (Inspirado nos princípios da Constituição e nos Projetos em andamento no Congresso Nacional)

Artigo 8.º

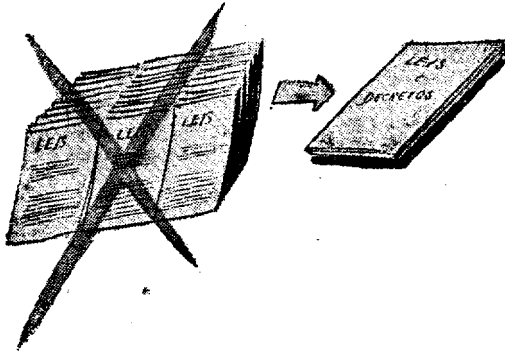
INDÚSTRIA — COMÉRCIO — POLÍTICA BANCÁRIA



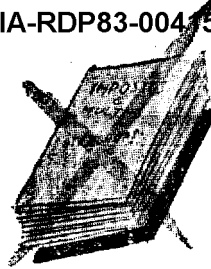
c) Criação de entrepostos e cooperativas de lavradores, especialmente de pequenos produtores para libertá-los definitivamente da dependência

a) Adotar por intermédio do Banco do Brasil e Bancos Estaduais, uma

ampla política de crédito e de redescoberta, destinada a assegurar que não sofram os drásticos efeitos da falta de crédito verificada ultimamente. (Inspirado no Art. 149 da Constituição)



b) Pugnar por uma ampla revisão de todas as leis que regulam as atividades e outras determinando tributos, simplificando-as unificando-as e codificando-as mais racionalmente, a fim de facilitar o seu cumprimento por parte dos obrigados e, por outro lado, permitir melhor e mais correta interpretação das mesmas, por parte dos fiscais e agentes do Poder Público.



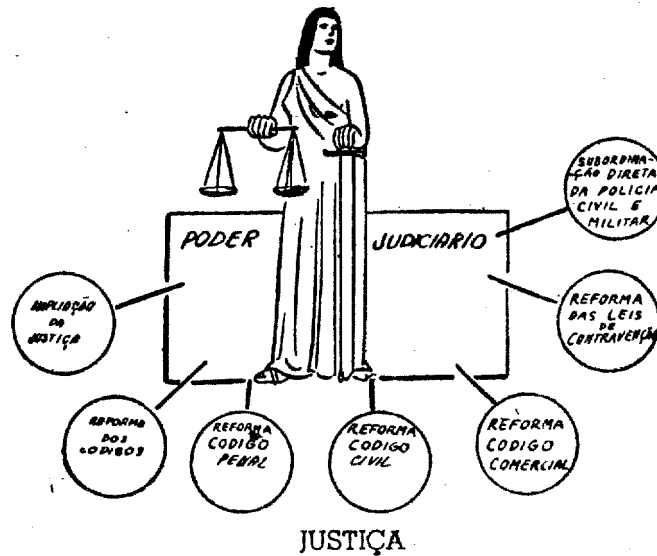
c) Pugnar por uma ampla política fiscal — federal, estadual e municipal — de todos os impostos e multas em atraso não dolosos até 1948 — de modo a aliviar a aflitiva situação da maioria dos industriais e comerciantes realmente úteis à Nação.



d) Pugnar por uma ampla política financeira de modo a aliviar a aflitiva situação de grande número de bancos, avocando o governo a enorme massa de títulos de toda ordem existente em carteira, sem resgate ou de difícil resgate, financiando-os a juros baixos e facilitando-se aos responsáveis pelos respectivos débitos, longo prazo para o cumprimento de suas obrigações.

e) ampla liberdade de produção e de comércio (exportação e importação); liberação cambial.

Artigo 9.º



a) Reforma e ampliação do Poder Judiciário para assegurar ao Povo Justiça mais rápida e mais barata.

b) Subordinação da Polícia Civil e Militar ao Poder Judiciário a fim de impedir sua transformação, como vem sendo feita insensivelmente, em órgão eminentemente político, quando sua função é ser essencialmente independente e social, isto é, Órgão da Sociedade.

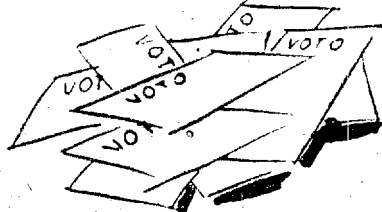
c) Reforma do sistema penitenciário na base de um sistema inspirado em princípios mais elevados e sociais.

d) Pugnar pela reforma e atualização do Código Civil, Código Comercial, Código Criminal, Código Processual, Leis de Contravenções, etc.

e) Pugnar pela reforma das leis e da Justiça Eleitoral no sentido de:

- 1 — permitir a livre manifestação de todos os setores da Opinião Pública com verdadeiro sufrágio universal (Art. 141, §§ 11-12 e 13 da Constituição)
- 2 — facilitar o registo de partidos políticos e de legendas para fins eleitorais mediante a simples solicitação de um mínimo de mil eleitores assinantes e solicitantes, facilitando-se assim o registo de qualquer núcleo democrático partidário. (Art. 141, § 12 e 13 da Constituição)

SOBRAS



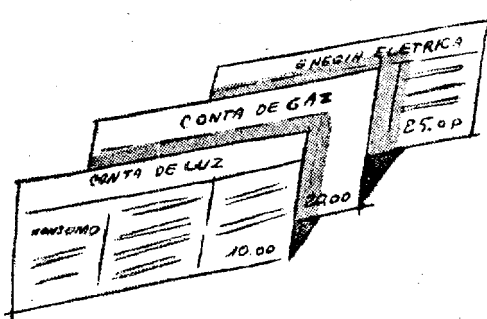
- 3 — distribuição das sobras eleitorais proporcionalmente entre todos os partidos, em ordem decrescente;

4 — regulamentação dos processos de assueto de registros de partidos políticos — que não poderá ser feito sem consulta à sua Assembléa Geral, sobre as irregularidades verificadas e denunciadas — evitando-se assim que medidas drásticas e violentas atinjam ao conjunto dos militantes alheios a tais irregularidades, muitas vezes involuntárias e sem preocupações de burlar a Lei praticadas por um ou outro diretor. (Art. 141, § 12 da Constituição)

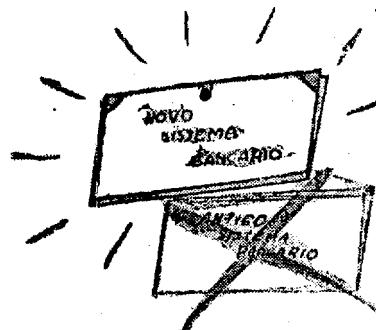
Artigo 10.º

OUTRAS REIVINDICAÇÕES

Pugnar por todos os meios:



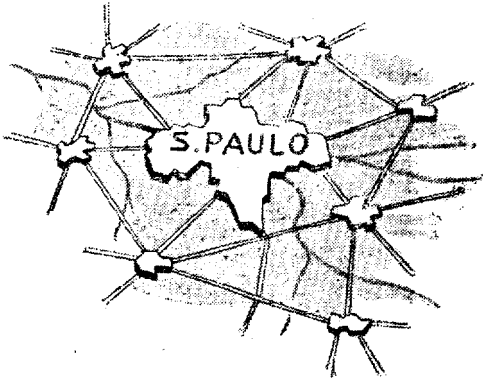
- 1 — redução imediata dos preços de energia elétrica, luz, gás e telefones (Inspirado no Art. 151 e § da Constituição)



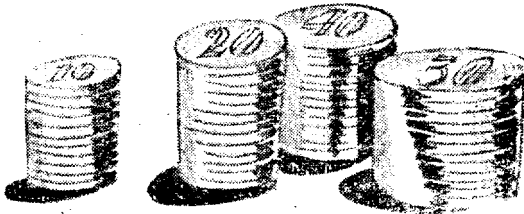
- 2 — reforma do sistema bancário no sentido de incrementar a

produção e desenvolver o crédito
150 da Constituição);

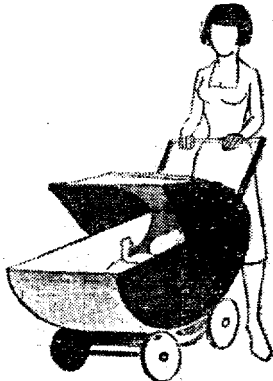
Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8



- 3 -- incrementar a construção de estradas intermunicipais;
- 4 -- autonomia municipal de São Paulo, Santos, Distrito Federal e outros em iguais condições. (Art. 28 da Constituição)



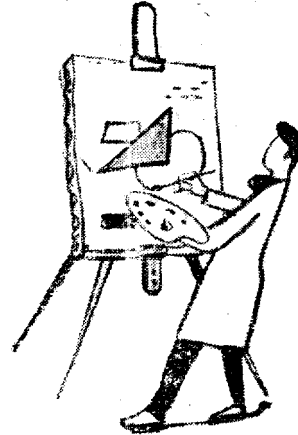
- 5 -- pleitear maior quantidade de moeda e dinheiro circulante em nosso Estado e pelo interior do Brasil em geral, principalmente de moeda divisionária que tanta falta faz ao comércio e aos mais pobres.



- 6 -- proteção efetiva e mais ampla à mulher e à criança; (Art. 164 da Constituição)



- 7 -- proteção aos estudantes pobres e reforma do ensino (Arts. 168 e 172 da Constituição)



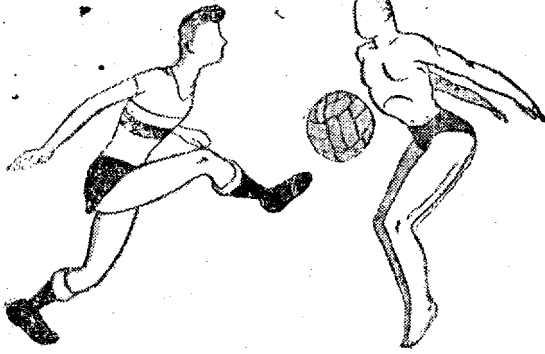
- 8 -- proteção às Belas Artes;



- 9 -- proteção ao teatro e à tôdas iniciativas capazes de elevar o nível cultural artístico do Povo; (Art. 174 da Constituição)

- 10 -- proteção e amparo ao Cinema Nacional;

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8



11 — proteção aos esportes;

12 — ampla política internacional de amizade e de entendimentos pacíficos com todos os países do mundo na base da Carta das Nações Unidas da qual o Brasil foi um dos signatários;

Brasil, conforme está explicitamente escrito na Constituição Federal, evitando-se assim ao nosso país os dolorosos efeitos que decorrem de tais conflitos; (Art. 4.º da Constituição Federal)

20 — pugnar pela solução do DIVORCIO de acôrdo com as aspirações do povo pois já se calculam em mais de 500 mil casais desquitados ou separados que desejam reconstruir seus lares em bases legais e que não podem fazê-lo em virtude das atuais leis proibindo-lhes êsse justo e humano anelo.

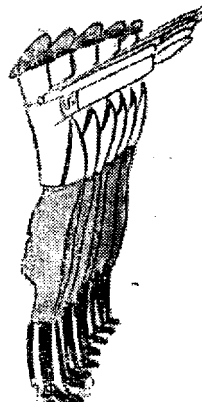


19 — Repúdio formal às guerras e

21 — pleitear uma política imigratória mais ampla e mais liberal, para todos trabalhadores e técnicos do mundo inteiro que desejem vir cooperar para o nosso progresso. Pleitear a mesma liberdade para a imigração de capitais que tencionem radicar-se definitivamente no país, sem se veicularem a trustes internacionais. (Art. 142 da Constituição)



22 — Combater toda e qualquer propaganda fascista e ditatorial (Art. 7.º, VII e letras A e G da Constituição)

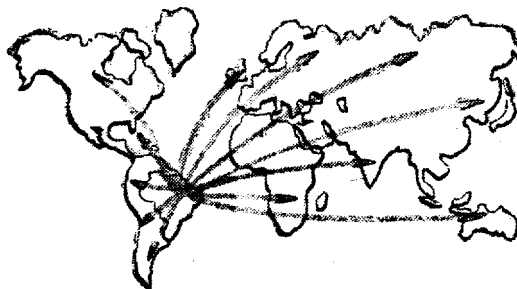
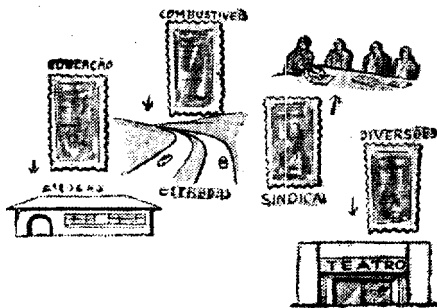


23 — Pugnar pela elaboração definitiva das leis

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8
 e cuja falta submete o povo brasileiro ainda a vigência de leis antigas provocando confusões e colidindo com o atual regime.



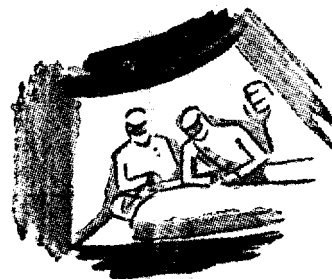
26 -- ampla liberdade de importação e exportação,



24 -- Pugnar pela aplicação rigorosa das arrecadações de taxas específicas, nos serviços para os quais foram criadas, não se permitindo, de forma alguma, seu desvio e utilização em outros fins, mormente para campanhas de propaganda política. (selos de educação: construção de escolas, hospitais e maternidade — selos de diversões: proteção e construção de teatros nacionais municipais, — de jogo: construção de balneários, hotéis para turismo, casinos regulamentados, estações de água — impostos sindicais: construção de sede de sindicatos, bibliotecas sindicais, ambulatórios, clínicas dentárias, — combustíveis: construção de estradas e melhoramento do sistema de transportes, exploração do petróleo — selos de cinema: proteção ao cinema nacional; selos escolar, penitenciário, sanitário, etc. (Art. 45 da Constituição)

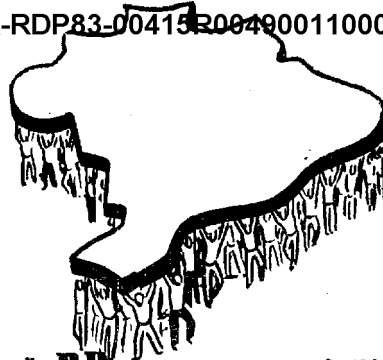
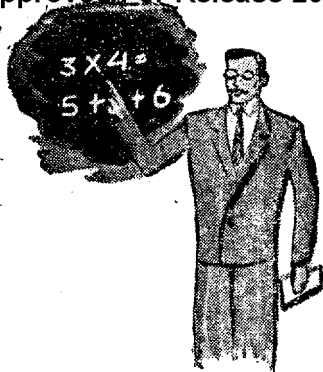
27 -- e de comércio com todos os países do mundo,

28 -- proteção ao Turismo permitindo-se e regulamentando-se o jogo, o funcionamento de centros de diversões próprias para turistas, casinos, balneários, estações de água, viagens aos pontos principais do país tornando-o assim mais conhecido internacionalmente e dando comodidades e conforto aos que nos visitam de passagem. Por outro lado evitando o jogo clandestino em casas de famílias.



25 -- Rigoroso inquerito sobre a aplicação dos dinheiros públicos nestes últimos anos, moralização dos costumes políticos, etc.

29 -- Energico plano de ação prática e mobilização remunerada da classe médica e da classe dos professores a fim de extinguir radicalmente em nosso país o analfabetismo e as doenças que afligem o Povo.



...COM O A.P.P. VAE MELHOR E MAIS DEPRESSA.

Terminamos este Programa com este item, considerando que tal como gastamos com as classes militares também devemos gastar amparando as classes dos médicos e dos professores, mormente dos professores rurais, com o intuito de que a colaboração dos mesmos faça com que o povo seja forte sadio e instruído, visto como vai ser o próprio agente de execução

deste programa. Com material humano doente e analfabeto, nada se poderá fazer de concreto. Nas precárias condições eugênicas e culturais do povo brasileiro reside a vulnerabilidade da concessão de qualquer programa construtivo. Não é demais portanto, pedir grandes gastos para a execução do item presente.

A Guiza de Advertência ao Povo

Defender eleições em 1950

O Povo tem obrigação de estar vigilante e de exigir a todo momento, a realização das eleições nas datas marcadas pela Lei. O Povo deve considerar como criminosos os que se oponham a isso, denunciando-os publicamente à Justiça. Deve se opor à toda e qualquer tentativa que tente perturbá-las, adiá-las ou suspende-las. As eleições constituem a essência das Democracias. Por elas vai o Povo aprimorando sua educação política; com elas vai o Povo estudando e escolhendo os melhores cidadãos, e afastando os que fracassaram ou que traíram seu mandato; com elas vai o Povo corrigindo os próprios defeitos da sua Democracia.

As eleições em 1950 é mais um passo para a garantia do regime democrático e é mais um passo para o afastamento dos regimes fascistas ditatoriais.

O Povo agindo assim não está defendendo as pretensões de muitos políticos de hoje, cuja maioria fracassou e que devido a sua conduta nestes 4 anos não será reeleita. O Povo está defendendo, isso sim, as Instituições democráticas. São estas as que devem ser legadas aos filhos de amanhã, às gerações futuras. Os políticos passam, as Instituições ficam.

O Povo pode estar tranquilo e confiar nas classes armadas nacionais. Elas não permitirão que se destrua a nova Democracia, ainda na infância. Estão hoje no comando das regiões, das divisões, das brigadas, dos regimentos, — auxiliados por uma pleiade de oficiais moços, democráticos e patriotas — os mesmos homens de 1922 e 1924, os homens que lutaram e se bateram durante 8 anos, pela pureza de um regime democrático. Não perderam, felizmente, seus ideais, não esqueceram seus sacrifícios, suas prisões, suas cicatrizes, não esqueceram os companheiros que morreram ao seu lado lutando pelos mesmos princípios.

E o Povo deve corresponder, portanto, aos sentimentos das nossas classes armadas, defendendo com energia o direito de ir as urnas em 1950, com a mesma energia com que aqueles homens proclamavam suas idéias em 1922 e 1924. Não aceite passivamente boatos, não homologue golpes aventureiros prorrogando mandatos. Repila insinuações da necessidade de se eliminar o regime. Se houver reformas a fazer em nosso regime que seja o próprio Povo a fazê-las por meio de seus delegados legitimamente eleitos.

INSTRUÇÕES

Você concorda com o Manifesto e o Programa da AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO POVO?

ENTÃO FAÇA O SEGUINTE:

1.º — Envie-nos a sua adesão, à rua Barão de Itapetininga n.º 298, sala 43 aos cuidados do coronel João Cabanas.

2.º — Não basta você aderir e ficar esperando. Tenha iniciativas e organize outros núcleos não só na sua rua, como no seu bairro, na sua cidade, nas oficinas, nos escritórios, etc.

3.º — Convide outras pessoas para as suas reuniões e amplie os núcleos com novas adesões, organizando fichário, com nomes e residências.

4.º — Colha assinaturas. Visite as personalidades locais, o juiz, o vigário, o delegado, o coletor, os jornalistas, os operários, os estudantes e principalmente a juventude. Se tiver receio ao ridículo, lembre-se, você não fará nada...

5.º — Uma campanha não se faz sem recursos materiais. Esta campanha é do povo. Deve ser financiada pelo próprio povo. Peça auxílio, promova coletas. Envie metade para o núcleo organizador e o restante fica aí para impressão de cartazes, expedientes, etc.

6.º — Promova reuniões e debates em torno do Programa. Nosso movimento não tem caráter partidário ou religioso.

7.º — A democracia é a base deste movimento que se organiza dentro dos princípios estabelecidos pela Constituição. A estrutura dos núcleos deve ser feita na mesma base democrática, não só para as discussões como para as eleições dos dirigentes. Não temos chefes nem recomendamos chefes.

8.º — Você precisa compreender que você é parcela do povo. É povo. Se nada fizer você imobiliza uma parcela do povo; fica isolado. Neste momento grave de nossa nacionalidade é essencial reunir o povo. É preciso mobilizá-lo e concentrá-lo afinal, em torno de um programa que ele sinta e compreenda, para que a sua voz seja finalmente ouvida.

Trabalhe, caro patrício, com afinco e boa vontade.

Se necessitar de oradores ou de esclarecimentos para suas conferências e para os comícios, solicite-os. Providenciaremos imediatamente.

Todos os assuntos abordados no Manifesto são baseados em estatísticas oficiais em noticiários diários da imprensa e em observações da vida prática de Nosso Povo.



25X1

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R004900110007-8

AFIRMAÇÃO POLITICA DO POVO

(Corte esta cédula pelo friso e envie-a dizendo francamente se tem ou não restrições a fazer).

Ilmo. Sr. Coronel João Cabanas

Rua Barão de Itapetininga n.º 298 — São Paulo — Sala 43
Pela presente receba minha adesão ao Manifesto e ao Programa da Afirmação Política do Povo (A.P.P.) sem (ou com) restrições.

Assinatura
Data
Residência
Idade
Cidade município
Profissão

CÉDULA DE ADESÃO A AFIRMAÇÃO POLITICA DO POVO

Ilmo. Sr. Coronel João Cabanas

Rua Barão de Itapetininga n.º 298 — São Paulo — Sala 43
Pela presente receba minha adesão ao Manifesto e ao Programa da Afirmação Política do Povo (A.P.P.) sem (ou com) restrições.

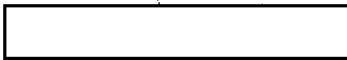
Assinatura
Data
Residência
Idade
Cidade município
Profissão

CÉDULA DE ADESÃO A AFIRMAÇÃO POLITICA DO POVO

Ilmo. Sr. Coronel João Cabanas

Rua Barão de Itapetininga n.º 298 — São Paulo — Sala 43
Pela presente receba minha adesão ao Manifesto e ao Programa da Afirmação Política do Povo (A.P.P.) sem (ou com) restrições.

Assinatura
Data
Residência
Idade
Cidade município
Profissão



25X1